

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: ‘O trabalho agora é encontrar projetos’	2
Título: Exploração irregular de minério	3
Título: Com sol e vento	5
Título: Todo cuidado é pouco.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Leilão marca novo avanço na área elétrica.....	8
Título: Consumo de energia por ar condicionado triplica.....	9
Título: Sócia acusa empresa da família Queiroz Galvão de desvio irregular de recursos.....	10
Título: O Brasil e o Acordo de Paris :: Michel Miraillet e Georg Witschel.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Após 2 anos de forte alta, reajuste da luz será menor em 2019	14
Título: Eletrobras deve vender última distribuidora nesta sexta-feira	17
Título: Bolsonaro mira Israel para projeto de água no Nordeste	18
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Privatizar ou privatizar, a certeza de Guedes	20
VEÍCULO: Valor Econômico.....	22
Título: Para Salles, licença para hidrelétrica tem que sair em até um ano	22
Título: Eletrobras projeta investir R\$ 30,2 bilhões e concluir Angra 3.....	30
Título: Iluminação pública opõe municípios e distribuidoras	31
Título: É hora de chamar os engenheiros!	32

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/12/2018****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: 'O trabalho agora é encontrar projetos'**

Entrevista : Bjorn Otto Sverdrup / vp da equinor

Bjorn Otto Sverdrup, vice-presidente global de Sustentabilidade da Equinor, afirma que a empresa está em busca de novos projetos no país.

A empresa pretende aumentar os investimentos em energia renovável?

Vamos aumentar em quatro vezes os aportes para projetos verdes em todo o mundo até 2030, passando dos atuais US\$ 500 milhões para algo em torno de US\$ 2 bilhões. No Brasil, o trabalho agora é encontrar projetos que sejam grandes, bons e rentáveis e que nos permitam desenvolver o mais rapidamente.

Já temos no Brasil nossas primeiras usinas de energia solar sendo construídas, e estamos no processo de olhar para as oportunidades. O nível de investimento vai depender se vamos conseguir encontrar bons projetos.

Quais os desafios do Brasil na área energética?

É fornecer energia barata e limpa para mais pessoas, como uma maneira importante de combater a pobreza e criar empregos.

A energia renovável já é rentável financeiramente?

É um negócio bastante atraente, pois está dando um retorno de 9% a 11%. Estamos satisfeitos em ver como os custos estão caindo, tornando a energia renovável competitiva. Por isso, acreditamos que a energia eólica gerada em terra e em alto-mar será uma parte importante do mix de energia em muitos países.

Os países estão mais preocupados em estimular o desenvolvimento de uma agenda renovável?

Sim. A Alemanha e a China têm se tornado muito grandes em solar. E isso vai se espalhar pela Ásia. Nos Estados Unidos, você também vê as renováveis crescendo. O Texas se tornou o maior produtor solar e de vento do país. Além

disso, destaco a Índia, que, assim como a China, vai substituir o uso do carvão com o avanço do gás natural. Isso terá um impacto para todos nós. (Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/12/2018

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Exploração irregular de minério

Ibama identifica uma ação de garimpo ilegal em terras indígenas a cada semana

VINICIUS SASSINE

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) faz a cada semana, em média, uma apreensão ou destruição de equipamentos flagrados em garimpos ilegais em terras indígenas. Um levantamento inédito do órgão, elaborado a pedido do GLOBO, revela a dimensão do interesse na exploração ilegal de minérios nesses territórios. Nos últimos três anos, os fiscais fizeram 175 apreensões de maquinários, balsas, tratores, retroescavadeiras e outros equipamentos em 12 terras indígenas, todas elas na Amazônia — quase metade dessas ações resultou em destruição do material. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já manifestou a intenção de permitir a mineração em terras da União demarcadas para usufruto dos índios. Na semana passada, Bolsonaro defendeu que a exploração seja feita com “racionalidade” e que os royalties arrecadados beneficiassem populações indígenas.

O presidente quer permitir a exploração econômica irrestrita nessas terras, com liberação da mineração e de arrendamentos agropecuários — a Constituição determina que cada caso envolvendo a possibilidade de exploração de minério deve passar pelo crivo do Congresso. Os mapas revelam que a exploração ilegal de minérios em terras indígenas é uma prática recorrente e de difícil identificação da autoria. Em 2016, 2017 e 2018, os fiscais lavraram 94 termos de apreensão e 81 termos de destruição, num total de 175 autuações de garimpos ilegais flagrados em terras indígenas. No mesmo período, foram lavrados 29 autos de infração — um a cada 37 dias, em média. Isto significa que a maior parte das operações resulta em localização de um garimpo ilegal e em apreensão ou destruição do equipamento usado, mas não na identificação do responsável pela atividade criminosa.

Os mapas do Ibama revelam uma predominância de flagrantes de garimpo ilegal nas terras dos Yanomami, em Roraima, e dos Kayapó, no Pará. Outras apreensões e destruições de equipamentos de garimpo ilegal foram feitas em terras indígenas no Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Os Yanomami já viveram uma corrida do ouro em suas terras. No fim da década de 80, cerca de 100 pistas clandestinas de garimpo foram abertas para a exploração ilegal, e o número de garimpeiros ilegais na área era estimado entre 30 mil e 40 mil. Parte dos garimpeiros permanece na região. Em agosto deste ano, o Ibama e a Polícia Federal desativaram 27 escavadeiras hidráulicas, 11 balsas, 26 motores de bombeamento, três tratores e duas pistas clandestinas na terra indígena dos Kayapó.

Dez acampamentos foram desmontados. No mês seguinte, o Ibama identificou oito supostos responsáveis por dois garimpos ilegais na terra indígena Sararé, em Mato Grosso, onde vivem os Nambikwára. Na terra indígena Tenharim do Igarapé Preto, no Amazonas, quatro escavadeiras, uma retroescavadeira e duas bombas eram usadas para exploração ilegal da cassiterita — foram todas apreendidas. Equipamentos semelhantes foram encontrados na terra Munduruku, no Pará. Neste caso, foram identificados supostos autores de garimpo ilegal de ouro e de desmatamento em unidade de conservação. As multas somaram R\$ 49,4 milhões. — Antes, quando chegávamos numa operação de atividade ilegal em terra indígena, só havia brancos. Agora, há bastante índio envolvido com essas atividades, operando máquinas. Os brancos estão aliciando cada vez mais, e há cada vez mais anuência de lideranças indígenas — afirma o coordenador-geral de Fiscalização Ambiental do Ibama, René Luiz de Oliveira.

FIM DAS DEMARCAÇÕES

Oliveira ressalta que o ouro é o mais cobiçado, mas há também exploração ilegal de diamante, cassiterita, columbita, tantalita e nióbio. O governo Bolsonaro já sinalizou que vai mudar a política indígena no país. Primeiro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) deixará o guarda-chuva do Ministério da Justiça para se vincular ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, comandado pela pastora Damares Alves. Depois, a autarquia será esvaziada. A atribuição de analisar impactos de uma obra em terras indígenas deixará a Funai e ficará sob a responsabilidade do líder ruralista Luiz Nabhan Garcia, futuro secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura. Além disso, Bolsonaro não pretende fazer novas demarcações de terras indígenas, como declarou mais de uma vez após ser eleito.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 26/12/2018**Seção:** Economia**Autor:** BRUNO ROSA**Título:** Com sol e vento

Parques híbridos devem ampliar oferta de energia renovável

De uma área associada à seca ao protagonismo em energia renovável. O Nordeste, que já representa 80% da capacidade de geração eólica no país e de 70% da energia solar, promete alcançar números ainda maiores nos próximos anos com a união das duas fontes em um mesmo local. O chamado "projeto híbrido", que já é alvo de estudos e projetos de diversas empresas entre a Bahia e o Rio Grande do Norte, está prestes a ser colocado em consulta pública pela Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel), permitindo, assim, que empresas consigam combinar os projetos e aproveitar a mesma infraestrutura de transmissão elétrica.

O objetivo é otimizar os investimentos e permitir uma redução no preço da energia para o consumidor final, como já ocorre no exterior.

Hoje, tecnicamente, já é possível unir as duas fontes, mas a regulamentação exige dois contratos distintos, fazendo com que as empresas tenham que pagar a mesma tarifa duas vezes, como a do uso das linhas de transmissão (Tust).

Essa será mais uma novidade envolvendo as energias renováveis. Recentemente, a Petrobras e a norueguesa Equinor (ex-Statoil) anunciaram planos para construir unidades eólicas em alto-mar associadas a plataformas de petróleo, no Rio Grande do Norte. Assim, as fontes têm ganhado papel de destaque na região. Com a seca que tem devastado o Nordeste nos últimos anos, as eólicas respondem, dependendo do dia, por até 74% da eletricidade.

Segundo Elbia Gannoum, presidente-executiva da ABE Eólica, que reúne as empresas do setor, as novas regras vão permitir a criação de leilões apenas para projetos híbridos:

— Já identificamos potencial para os projetos híbridos, pois você aproveita o terreno e a linha de transmissão, gerando produtividade. O setor vem atraindo o investimento de empresas do setor e até fundos de pensão e de investimento.

FONTES COMPLEMENTARES

O potencial de crescimento é grande ao combinar as duas fontes, dizem as empresas. No Nordeste, os projetos de 12 GW já instalados geraram investimentos na cadeia de cerca de R\$ 76 bilhões, número que representa 80% dos projetos do país. Há uma expectativa de mais R\$ 26,4 bilhões até 2022 com outros 4,4 GW a serem construídos na região. No caso da solar, o Nordeste deve receber investimentos de R\$ 5,6 bilhões com os 2 GW que serão instalados até o fim deste ano. É 70% do total aplicado no país, diz a Absolar, que representa o setor de energia solar no país.

A Casa dos Ventos já desenvolve projetos com soluções que unem vento e sol. Lucas Araripe, diretor de novos negócios, lembra que já foram instalados medidores solares nos parques eólicos construídos no Nordeste para analisar o quanto pode ser gerado de sinergias.

Araripe diz que o projeto híbrido permite reduzir o custo da energia, uma vez que as despesas são diluídas com uma maior quantidade de geração de eletricidade. Segundo ele, as duas fontes se complementam, pois a intensidade do vento é maior durante a madrugada, justamente quando não há sol:

— Os parques eólicos ficam ociosos ao longo do dia. Já mapeamos um potencial de 4 GW de sol no Nordeste onde estão as usinas eólicas. Juntar as fontes é o futuro, mas há o desafio regulatório, pois a Aneel precisa ver os dois como uma coisa só. Isso é mais eficiente, pois você aproveita a infraestrutura.

Com oito parques eólicos e seis solares em operação no país, nos estados de Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte, a Enel Green Power conta com o primeiro parque híbrido do país, em Pernambuco, com 11 megawatts (MW) de geração a partir do sol e 80 MW do vento — capacidade que permite atender a 90 mil casas. A empresa acredita que a criação de uma regulamentação será fundamental para fomentar a expansão das fontes no país.

Segundo Nicola Cotugno, presidente da empresa, o Nordeste concentra alguns dos locais com os mais elevados fatores de capacidade solar e eólica, o que torna a região atrativa para o desenvolvimento de projetos de geração de energia renovável. Entre 2019 e 2021, a companhia planeja investir R\$ 6,9 bilhões no desenvolvimento de novos projetos.

— Todos os projetos eólicos e solares da Enel estão no Nordeste, geralmente em áreas inóspitas, em terrenos não cultiváveis, em que a geração de energia renovável se tornou uma atividade fundamental para o desenvolvimento social e econômico das comunidades — disse Cotugno.

Ricardo Barros, vice-presidente de Geração Centralizada da Absolar, destaca que as empresas estão corretas em investir em projetos híbridos, o que permite

a redução de custos de conexão e de transmissão. Mas pondera que ainda é preciso cuidado, por exemplo, ao fazer leilões dedicados a projetos híbridos:

— É preciso fazer leilões com energia competitiva. O governo tem que dar condições de investimento com um marco regulatório adequado, e o mercado tem que buscar o melhor projeto. As fontes solar e eólica se complementam de forma geral, com o vento do Ceará e o sol da Bahia.

FIM DOS SUBSÍDIOS

Porém, apesar das novas soluções, o setor pode enfrentar novos desafios no governo de Jair Bolsonaro. Isso porque, em documento encaminhado à equipe do presidente eleito, o Ministério da Fazenda defende o fim dos incentivos para a construção de usinas de geração de energia solar, eólica e pequenas hidrelétricas.

Hoje, essas fontes recebem desconto de 50% nos encargos de transmissão e distribuição. Para o especialista Renato Queiroz, professor da UFRJ e do Instituto Ilumina, o fim dos benefícios pode prejudicar o crescimento dos projetos no Brasil:

— Esse movimento terá que ser bem analisado. Mas acabar com os benefícios vai prejudicar o crescimento das fontes. Hoje, a solar ainda é cara. Não se pode tomar decisões rápidas sem planejamento e sem discutir o papel dessas energias para o desenvolvimento da economia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Todo cuidado é pouco

Médicos cubanos

Os médicos cubanos que deixaram o Brasil estão sendo recebidos como heróis pela ditadura cubana. Miguel Diaz Canel e Raul Quadros, o atual e o ex presidente, com frequência, vão esperá-los ao pé da escada do avião. E as histórias sobre o atendimento dos médicos no Brasil em regiões onde eles eram os únicos profissionais de saúde são destaques no horário nobre da TV.

...

Aliás, como anda a reposição desses médicos por profissionais brasileiros nos grotões?

Todo cuidado é pouco

É aquela história: cachorro mordido por cobra tem medo até de linguça. O sistema de Compliance da Petrobras, que previne corrupção, é tão rigoroso depois da Lava-Jato que a equipe de transição do futuro presidente da estatal, Roberto Castello Branco, teve dificuldade de acessar alguns documentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Leilão marca novo avanço na área elétrica

O último leilão de transmissão de eletricidade de 2018, realizado há alguns dias, foi um marco dos avanços do setor elétrico brasileiro promovidos pelo governo federal. Foram leiloados 16 lotes de linhas e subestações em 13 Estados, perfazendo 7,15 mil km de extensão, com investimentos previstos de R\$ 13,2 bilhões. Graças ao deságio médio alcançado, de 46,08%, o custo da eletricidade para os consumidores será bem inferior ao máximo previsto pela Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel). No total, a economia para os consumidores será da ordem de R\$ 1 bilhão por ano nas linhas leiloadas. O valor máximo permitido de receita anual era de R\$ 2,1 bilhões e foi reduzido para R\$ 1,15 bilhão. “É, sem dúvida, um ótimo indicador”, declarou o sócio da consultoria PSR Luiz Augusto Barroso.

O deságio superou os percentuais médios de leilões anteriores, da ordem de 30%. O segmento de transmissão é o filé mignon do setor de energia, pois as receitas têm elevada previsibilidade e o prazo das concessões é de 30 anos. O interesse dos investidores se deve ainda à segurança jurídica dos contratos. A competição é usual, mas, no último leilão, foi particularmente intensa. Daí o maior deságio ter atingido 59%, o que dá uma ideia do grau de interesse pela concessão de uma linha (no caso, no Amazonas). Os maiores vencedores foram consórcios internacionais. A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, ganhou quatro lotes e deverá investir R\$ 6 bilhões nos próximos anos. Outros vencedores relevantes foram a canadense Brookfield, a indiana Sterlite, a espanhola Elecnor e a CPFL, controlada pela estatal chinesa State Grid. A Região Sul será a mais beneficiada.

Metade dos lotes leiloados se situa no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A operação comercial das linhas e subestações deverá ocorrer entre 48 meses e 60 meses a partir da assinatura dos contratos de concessão, prevendo-se uma geração de 28 mil empregos. O setor de energia começou a ser arrumado nos últimos anos, depois de decisões equivocadas do governo Dilma Rousseff que, a pretexto de reduzir tarifas, provocou enormes prejuízos para as empresas e os consumidores que ficaram com a conta. Cabe ao novo governo dar sequência às boas políticas, agindo para reduzir mais o custo da energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Economia

Autor: Denise Luna /RIO

Título: Consumo de energia por ar condicionado triplica

Segundo pesquisa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), número de aparelhos usados em residências dobrou em um período de 12 anos

O aparelho de ar condicionado está deixando de ser luxo na vida do brasileiro para se tornar uma necessidade, como fogão e geladeira, apesar da dor de cabeça que pode causar pelo inevitável aumento da conta de luz que vem junto com o conforto. Um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mostra que o consumo de energia elétrica por condicionadores de ar no setor residencial mais que triplicou nos últimos 12 anos, e a compra de novos aparelhos por residências subiu 9% ao ano entre 2005 e 2017, duplicando o número de aparelhos na casa dos brasileiros. O analista de suporte Cleber José Gomes Clemente, 50 anos, não vê a hora de comprar o seu aparelho para enfrentar o verão que chegou forte, mesmo que as bandeiras tarifárias ameacem o orçamento familiar. Ele tem como prioridade a aquisição do aparelho em janeiro, assim que entrar de férias. De preferência à vista e o mais rápido possível, nem que para isso tenha que cortar outros prazeres, como a TV a cabo e um pacote mais generoso de internet.

“Esse fim de ano o calor está fora do controle, precisa ter conforto pra dormir, e até para se alimentar. A gente abre mão de uma TV a cabo, baixa o pacote da internet e no final do mês sabe que (a economia) é para a conta de luz, vale a pena.” No momento trabalhando com a bandeira verde, que não acrescenta nenhum real à conta de luz por causa de chuvas melhores do que o esperado e

reservatórios de hidrelétricas mais cheios do que o ano passado, a Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) teve que acionar este ano cinco vezes a bandeira vermelha – que acrescenta R\$ 0,050 para cada quilowatt-hora consumido – e duas vezes a bandeira amarela - mais R\$ 0,010 para cada quilowatt- hora (kWh).

Apesar de terem pesado no bolso, os ajustes das tarifas de 2018 foram mais amenos que os de 2017, quando a Aneel acionou seis vezes a bandeira vermelha e três a amarela, sobrando apenas três meses sem acréscimo nas contas de luz. Segundo o estudo da EPE, a conta do consumidor pode ser mais branda se os aparelhos adquiridos cumprirem os requisitos de eficiência energética. “Políticas de etiquetagem e índices mínimos de eficiência energética podem eliminar do mercado equipamentos menos eficientes e encorajar os fabricantes a desenvolverem e ofertarem equipamentos mais eficientes”, diz a EPE, lembrando que os índices mínimos de eficiência energética para condicionadores de ar foram implantados em 2007 e revisados em 2011 e 2018.

Renda. A autarquia explica que o boom dos aparelhos de ar foi causada pela melhora do poder aquisitivo, após períodos de baixo crescimento econômico que caracterizaram as décadas de 1980 e parte da década de 1990. Uma tendência que deve perdurar. “O aumento da renda deve contribuir para o aumento na posse de aparelhos de ar condicionado nos próximos anos, impactando na demanda de energia elétrica”, afirmou ao Broadcast/ Estadão o diretor e Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da EPE e coordenador do estudo, Thiago Barral. A previsão da EPE, que acha baixo o número de aparelhos nas residências – apenas 0,4 por domicílio –, é de uma demanda crescente em potencial, que deverá ser atendida no futuro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Economia

Autor: Renata Agostini

Título: Sócia acusa empresa da família Queiroz Galvão de desvio irregular de recursos

Disputa milionária. A Alperon, sócia da família no negócio de aluguel de plataformas de petróleo, alega que transferências de US\$ 200 milhões foram feitas para subsidiária da Constellation sediada em paraíso fiscal, mas notas fiscais nunca foram apresentadas

A empresa de aluguel de plataformas da família Queiroz Galvão é acusada por um sócio de fazer, de forma irregular, transferências milionárias para uma subsidiária sediada no exterior meses antes de quase quebrar. A Constellation, como foi rebatizada a Queiroz Galvão Óleo e Gás, entrou com pedido de recuperação judicial no início de dezembro para se proteger da execução de dívidas que somam US\$ 1,7 bilhão – R\$ 6,6 bilhões pelo câmbio atual. A acusação feita pela brasileira Alpertron está detalhada em ação que corre na Justiça das Ilhas Virgens Britânicas. No processo, ao qual o Estado teve acesso, diretores da Alpertron detalham a disputa e apontam o que consideram transferências “impróprias” feitas a mando da Constellation, que é controlada pelos Queiroz Galvão. O negócio da Constellation é o aluguel e a operação de plataformas de petróleo, especialmente para a petrobrás. Em sua frota, há oito sondas.

A Alpertron é sócia, com 45%, de duas delas: a Amaralina e a Laguna. Como é minoritária, a Alpertron tem representantes no conselho das duas empresas que controlam e administram essas plataformas, mas as decisões gerenciais ficam a cargo da Constellation, dos Queiroz Galvão. De acordo com o documento, a Alpertron tenta, desde outubro de 2017, obter informações detalhadas sobre o balanço financeiro de Amaralina e Laguna, ambas sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, mas a Constellation vinha se recusando a fornecê-las, alega a Alpertron. O desconforto dos sócios aumentou quando perceberam uma movimentação que avaliaram suspeita: tanto Amaralina quanto Laguna faziam pagamentos recorrentes e milionários a uma companhia chamada Constellation Services, também sediada nas Ilhas Virgens Britânicas e igualmente controlada pela empresa dos Queiroz Galvão. Os pagamentos, que em 2016 e 2017 somaram cerca de US\$ 200 milhões (quase R\$ 800 milhões), eram feitos a título de “adiantamentos”.

O dinheiro seria usado para a compra de equipamentos e serviços para as plataformas, explicou a Constellation, na ação judicial. Ao reunir o dinheiro numa só conta, negociava compras em conjunto e conseguia preços melhores, alegou a Constellation no processo. O problema, alegam os diretores da Alpertron no documento, é que a Constellation não apresenta as notas fiscais e os contratos de compra que comprovam o uso dos recursos desviados do caixa de Amaralina e Laguna. Além da ausência de documentos, diretores da Alpertron afirmam que a suspeita de que as transferências são irregulares é reforçada diante do custo de operação e do valor de investimento “desproporcionalmente altos” para duas plataformas tão novas (as sondas ficaram prontas em 2012).

A Alpertron nota ainda no processo que repasses mensais de US\$ 3,5 milhões eram feitos para a mesma Constellation Services sem uma justificativa clara. Procurada, a Alpertron confirmou, por meio de uma nota, que “vem buscando há um ano, sem sucesso, esclarecimentos acerca de transações entre partes

relacionadas efetuadas pela Constellation” e disse que tais operações ocorreram “aparentemente em fraude e violação aos acordos firmados entre os sócios”. Disse ainda que não concordou com o ajuizamento da recuperação judicial e que seus diretos “são objeto de arbitragem iniciada em Nova York, cujo conteúdo é confidencial”. Os Queiroz Galvão e a Constellation também foram procurados, mas não quiseram comentar. Parceria. Alperion e Queiroz Galvão se tornaram sócias em 2010, mas as plataformas só entraram em operação em 2012. A Delba, controladora da Alperion, ganhara ainda no governo Lula uma licitação com a petrobrás para alugar duas plataformas. Não tinha, porém, dinheiro para tocar os contratos.

Precisava levantar financiamento para pagar o estaleiro e construir as sondas que seriam alugadas. Os Queiroz Galvão então entraram, viabilizando o empréstimo e garantindo que o contrato com a petroleira estatal fosse mantido. Eles ficaram com 55% do negócio e com a gestão das duas plataformas, que foram adicionadas ao portfólio da então Queiroz Galvão Oléo e Gás. A Alperion ficou com 45% de um negócio valioso e rentável, mas com dívida a ser quitada com o sócio ao longo do tempo. Os questionamentos da Alperion começaram a ser feitos antes do pedido de recuperação judicial da Constellation, mas quando a companhia dos Queiroz Galvão já dava sinais de que não conseguiria arcar com seus compromissos financeiros. Conforme a situação financeira se deteriorava, as correspondências e as reuniões entre os dois grupos tornaram-se tensas.

A ação judicial narra acusações de alterações de pautas do conselho à revelia dos sócios da Alperion e uma suposta tentativa de interferência da Constellation na busca de informações pela Alperion com os auditores da Deloitte, encarregada de verificar o balanço da companhia. A disputa descambou para arbitragem, que está em curso no momento em Nova York. Em reunião tensa em agosto deste ano, três meses antes do pedido de recuperação judicial feito pela Constellation, a Alperion se recusou a aprovar um pedido de injeção de recursos nas empresas, argumentando que não tinha acesso adequado às informações financeiras. A Constellation recorreu então à arbitragem. A briga segue no exterior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: O Brasil e o Acordo de Paris :: Michel Miraillet e Georg Witschel

As mudanças climáticas, cuja origem antrópica é um consenso para toda a comunidade científica, é um dos maiores desafios globais enfrentados hoje pela comunidade internacional. Os eventos extremos que elas estão produzindo ao redor do mundo, como secas, ondas de calor, enchentes e furacões, estão afetando diretamente a vida das populações. O Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas é o elemento central da resposta dos Estados a esse desafio. Além dos atores estatais, muitos outros estão se mobilizando em prol do acordo: o setor financeiro, pelo impacto dos riscos climáticos para o valor dos seus ativos; as cidades, que já afrontam as consequências dos alagamentos; e o setor agropecuário, exposto principalmente ao impacto das secas.

No Brasil, as perdas econômicas atribuídas a eventos climáticos extremos já teriam ultrapassado R\$ 6 bilhões por ano. O Brasil, “gigante pela própria natureza”, sempre foi um grande protagonista no âmbito das negociações internacionais, desde a Cúpula da Terra, mais comumente chamada Rio 92, até a adoção, em 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas por 195 países. Este último constitui um acordo histórico, justo e equilibrado, que demonstrou a eficácia do multilateralismo em desenhar uma resposta inédita para enfrentar esse desafio comum. O Acordo de Paris busca limitar o aquecimento global a 2°C em relação ao período pré-industrial, e alcançar a meta de 1,5°C, limitando a quantidade de gases de efeito estufa emitida na atmosfera.

Cada país estabeleceu voluntariamente suas próprias metas nas chamadas “contribuições nacionalmente determinadas”, as quais são baseadas nas suas respectivas capacidades e poderão ser revisadas de cinco em cinco anos. O acordo não fere a soberania dos países e não impõe obrigações quanto às contribuições nem sanções. Cada país decide as medidas que deverão ser tomadas nos setores da energia, indústria, agropecuária e florestas para que sua meta seja alcançada. Cabe ressaltar que a iniciativa relativa à implementação de um corredor ecológico, conhecida pelo nome Triplo A, não faz e nunca fez parte do Acordo de Paris: não há no texto do acordo nenhuma referência explícita ou implícita a essa iniciativa e não está sendo defendida por nenhum país.

Após a aprovação dos ODS e do Acordo de Paris, muitos atores brasileiros lançaram programas e ações para concretizá-los. Cidades, Estados, bancos de desenvolvimento, bancos privados e grandes empresas são hoje atores da sua implementação. O respeito do acordo faz parte hoje da cartilha das instituições financeiras internacionais. As agências europeias de desenvolvimento acompanharam esse movimento e aumentaram sua participação no financiamento dessa transição energética. Assim, esse cenário traz novas oportunidades que permitem aos países desenvolver estratégias rumo a uma economia de baixo carbono, especialmente no setor das energias novas e

renováveis, com a criação de empregos de qualidade e geração de renda para as populações, no âmbito de um desenvolvimento econômico e social sustentável.

Hoje, a dinâmica nascida do Acordo de Paris já está sendo aplicada. Ela é irreversível, como foi confirmado pela imensa maioria dos chefes de Estado do G-20 em Buenos Aires e durante a COP-24 em Katowice. Por não haver “plano B”, nós devemos enfrentar juntos este desafio, respeitando os interesses econômicos e as decisões soberanas de cada nação. Ficar à margem do caminho é uma opção de curto prazo. Esperamos poder continuar contando com o protagonismo ativo e construtivo do Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, DIPLOMATA DE CARREIRA, EMBAIXADOR DA FRANÇA NO BRASIL; E DIPLOMATA DE CARREIRA, EMBAIXADOR DA ALEMANHA NO BRASIL

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Após 2 anos de forte alta, reajuste da luz será menor em 2019

Tarifa da conta de energia, que subiu cerca de 15% em 2018, pode ficar praticamente estável no próximo ano

São Paulo- Após encarar dois anos com fortes altas na conta de luz, os brasileiros terão um alívio em 2019, com reajustes bem abaixo das taxas de dois dígitos vistas em 2017 e 2018.

Neste ano, o preço da energia elétrica paga pelas residências deverá fechar com um aumento médio de 15% em relação a 2017 — ano em que a alta já havia sido de cerca de 14%.

Em 2019, a tarifa deverá ficar praticamente estável, com elevação média de 0,38%, segundo cálculo da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de eletricidade, feito apedido da Folha.

Há variações significativas entre as 38 distribuidoras analisadas pela companhia, uma vez que cada uma delas tem seus reajustes marcados para diferentes épocas do ano e são afetadas por distintos fatores que influem o cálculo, explica Helder Sousa, diretor da TR e responsável pelas projeções.

Na média, as distribuidoras do Nordeste terão a maior alta, de 3,09%, seguidas pelas do Centro-Oeste (2,13%) e do Sudeste (0,94%). No Sul e no Norte, a expectativa é de retração na conta, de -2,58% e -5,03%, respectivamente.

A consultoria Thymos energia também projeta que os reajustes do próximo ano ficarão abaixo das taxas vistas em 2018, mas a projeção é menos otimista, segundo o consultor Anton Schwyter.

"Ainda não fechamos a análise [das projeções para 2019], mas deve ficar próximo à inflação medida pelo IPCA [índice de Preços ao Consumidor Amplo], entre 5% e 6%. Ainda haverá muitos fatores pressionando para cima a tarifa no próximo ano", diz.

Em 2018, a forte alta da conta de luz foi impactada principalmente pelo regime de chuvas fraco, que reduziu a capacidade de geração das usinas hidrelétricas, a principal fonte de energia do país.

Para compensar esse déficit hídrico, é preciso acionar mais usinas térmicas, movidas a óleo diesel ou gás natural, que são mais caras.

Normalmente, esse gasto extra é compensado pelas chamadas bandeiras tarifárias (adicionais na conta de luz, que variam de mês a mês).

No entanto, as condições hidrológicas foram tão ruins que as bandeiras não foram suficientes para cobrir as despesas, e as distribuidoras acabaram acumulando um rombo bilionário que foi repassado aos consumidores no reajuste anual das tarifas.

O resultado foi visto nos aumentos anunciados ao longo de 2018.

Alguns exemplos são: a Eletropaulo (região metropolitana de São Paulo) elevou a tarifa dos consumidores residenciais, de baixa tensão, em 15,14%; a Enel Rio (parte do Rio de Janeiro), em 21,46%; a Copei (Paraná), em 15,13%; e a Coelba (Bahia), em 17,27%.

A falta de chuvas continuará um problema, mas deverá afetar menos as tarifas definidas em 2019.

O déficit hídrico foi um pouco melhor ao longo de 2018, o que pressionará menos os próximos reajustes, diz Sousa, da TR Soluções.

Além disso, uma mudança no cálculo das bandeiras tarifárias, aplicada no fim de 2017, fez com que as distribuidoras tivessem receitas adicionais maiores ao longo de 2018, o que reduzirá o repasse no reajuste anual.

Outro importante fator que pressionará as tarifas para baixo em 2019 é o fim do pagamento de um empréstimo contraído pelas distribuidoras de luz em 2013 e 2014, segundo Sousa.

À época, mudanças regulatórias e decisões do então governo de Dilma Rousseff (PT) fizeram com que as companhias ficassem descontratadas, ou seja, com poucas usinas geradoras à sua disposição.

A solução foi comprar energia no chamado mercado de curto prazo — em que os preços variam mês a mês e, naqueles anos, estavam extremamente altos por causa da seca.

O resultado foi uma conta de aproximadamente R\$ 50 bilhões para as distribuidoras e, conseqüentemente, para a conta de luz.

Para cobrir o rombo, as empresas contraíram dívidas que vêm sendo pagas nos últimos anos — e repassadas à tarifa do consumidor.

O pagamento deverá ser quitado entre 2019 e 2020, o que já deve aliviar a conta de luz no próximo ano.

Outro ponto favorável ao consumidor, principalmente das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, é o dólar mais baixo — o que alivia principalmente a tarifa da usina de Itaipu.

Ainda assim, os fatores que pressionam para cima a conta de luz ainda são muitos, como os diversos subsídios pagos pelos consumidores.

Esses encargos servem para custear programas sociais, geração de energia em regiões isoladas e descontos para agricultores, entre outros.

Em 2019, essa conta somará R\$ 17,2 bilhões, segundo a Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica).

A redução desses subsídios é uma das principais bandeiras de agentes e analistas do setor elétrico para reduzir a conta de luz dos consumidores. Um eventual corte nessa conta, porém, é polêmico, uma vez que setores beneficiados deverão resistir ao corte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 26/12/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Eletrobras deve vender última distribuidora nesta sexta-feira

O leilão da Ceai, distribuidora da Eletrobras no estado de Alagoas, deverá ocorrer nesta sexta-feira (28), último dia útil de 2018, às 17h, na sede da B3, em São Paulo.

O certame estava inicialmente programado para a quarta-feira (19), mas foi adiado em razão de pedidos de investidores, que solicitaram mais tempo para analisar as informações do ativo antes da licitação.

Este será o último leilão de distribuidoras da Eletrobras, que, neste ano, já conseguiu vender as outras cinco subsidiárias que restavam na estatal elétrica, nos estados de Piauí, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas.

Caso seja bem-sucedida, a privatização será um marco para a gestão do presidente Wilson Ferreira Júnior, que desde 2016 promove uma série de medidas para reduzir o nível de endividamento da Eletrobras.

As iniciativas também atraíram desavenças com os sindicatos de funcionários da companhia, que já tentaram barrar a venda das distribuidoras estaduais com cerca de 50 liminares — todas posteriormente derrubadas.

A expectativa no mercado é que o leilão da Ceai atraia concorrência, já que o ativo é considerado um dos menos problemáticos entre aqueles colocados à venda pela estatal.

A empresa deverá ser vendida pelo preço simbólico de R\$ 50 mil.

A vencedora do certame também terá de se comprometer a fazer um aumento de capital social na distribuidora de ao menos R\$ 545,8 milhões.

Grandes companhias elétricas como Equatorial, Energisa e Neoenergia são apontadas por analistas como potenciais interessadas.

Os proponentes terão até esta quinta-feira (27) para entregar suas propostas. Ganha quem oferecer o maior desconto na tarifa de energia dos consumidores e a maior outorga à União.

A venda da Ceai foi postergada por meses pela Eletrobras por causa de um imbróglio jurídico com o governo de Alagoas.

Em junho deste ano, uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu a venda da empresa enquanto as pendências não fossem resolvidas.

A decisão foi derrubada pelo próprio ministro em novembro, dando aval à realização do certame.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Fabrício Lobel

Título: Bolsonaro mira Israel para projeto de água no Nordeste

Presidente eleito avalia dessalinização, técnica que já esbarrou em alto custo

São Paulo- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), anunciou que o futuro ministro de Ciência e Tecnologia, o astronauta Marcos Pontes, visitará Israel logo no primeiro mês de governo em busca de parceria e tecnologia em projetos de água que poderão beneficiar o Nordeste — região onde obteve a menor votação.

Segundo Bolsonaro, o ministro visitará instalações de dessalinização de água, técnica cuja ampliação já foi discutida no país em anos anteriores, mas que sempre esbarrou no alto custo.

"Pretendemos ainda em janeiro construir instalação piloto para retirar água salobra de poço, dessalinizar, armazenar e distribuir para agricultura familiar, estendendo o projeto para mais localidades após testes e ajustes", escreveu Bolsonaro no Twitter e no Facebook nesta terça (25).

Ao menos desde a década de 1990, no governo FHC (PSDB), há dessalinizadores para tratar a água salobra do subsolo do semiárido (com salinidade menor do que a do mar).

Em 2004, no governo Lula (PT), o uso da técnica foi ampliado com o programa federal chamado Água Doce. Mas o projeto de combate à seca no Brasil foi dificultado por valores considerados elevados para a implantação e operação das estações de dessalinização. Outra barreira, sob o ponto de vista

orçamentário, foi a prioridade dada a obras de transposição como a do rio São Francisco —iniciada sob Lula (PT) e que chega ao fim de 2018 com 477 km, ao custo de R\$ 11,7 bilhões.

A operação de estações deste tipo consome muita energia, o que, além de ser caro, demanda a matriz energética no Brasil que é altamente dependente de usinas hidrelétricas. Ou seja, para que programas desse gênero funcionem de maneira sustentável, é preciso investir em geração alternativa de energia, como a eólica e a solar.

Outro problema enfrentado por projetos do setor é a manutenção das estações, que gera custo dificilmente absorvido pelas pobres comunidades beneficiadas pela dessalinização. Há ainda uma preocupação com os rejeitos das estações, que podem ter impacto ambiental, se descartados de maneira imprópria.

Ainda assim, especialistas avaliam que estações de dessalinização podem ser alternativa viável para regiões mais afastadas de centros urbanos.

A ida de representantes do governo federal a Israel ganha também um caráter político.

De um lado, Bolsonaro acena com propostas ao Nordeste, onde tem menor popularidade. De outro, ele se aproxima de um dos países com maior conhecimento em dessalinização no mundo.

Dono de uma imensa rede de irrigação artificial e estações de dessalinização, Israel vê o tema como um cartão de visitas internacional. Em 2014, quando o Sudeste do Brasil passou pela crise hídrica, representantes do governo israelense e empresas daquele país tentaram chamar atenção para a alternativa da dessalinização.

Para Bolsonaro, a aproximação com Israel é um tema caro desde a campanha eleitoral. Em novembro, o presidente eleito disse que mudaria a embaixada brasileira, em Israel, de Tel-Aviv para Jerusalém. O assunto gerou repercussão internacional, uma vez que a mudança implicaria em reconhecer a capital de Israel em Jerusalém, o que pode prejudicar negócios com palestinos e países árabes.

Bolsonaro disse que estuda junto ao embaixador de Israel e uma empresa especializada para testar tecnologia que produz água a partir da umidade do ar em escolas e hospitais. Segundo ele, o país poderia negociar a instalação de uma fábrica dessas no Nordeste.

"Livre das amarras ideológicas o Brasil agora pode dar os primeiros passos para fora do buraco em que foi colocado pelos últimos governos", escreveu nas redes sociais.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 26/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Privatizar ou privatizar, a certeza de Guedes

Durante a campanha presidencial de Jair Bolsonaro, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmava que pretendia privatizar todas as estatais federais, que renderiam R\$ 1 trilhão, algo que, para especialistas seria impossível. Ao longo do período de transição, ao se deparar com os primeiros números das 138 empresas controladas pela União, a ficha caiu e o futuro ministro reduziu essa previsão para R\$ 800 bilhões. Mas essa receita não deverá chegar a R\$ 200 bilhões nas contas de especialistas ouvidos pelo Correio.

A despeito das dificuldades nos cálculos, as privatizações serão fundamentais para ajudar a solucionar um dos principais problemas fiscais de 2019, o cumprimento da regra de ouro, para evitar o crime de responsabilidade fiscal — o que poderia abrir, em última análise, janela para um processo de impeachment logo no primeiro ano de mandato. Além de um déficit primário de até R\$ 139 bilhões previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano, Bolsonaro precisará cobrir um rombo maior ainda, de R\$ 258,2 bilhões. A regra de ouro, prevista na Constituição, proíbe que o Tesouro Nacional emita dívida para cobrir despesas correntes, como salários e aposentadorias.

Mesmo que o governo recorra a artifícios contábeis, como o uso do lucro do Banco Central deste ano, que abaterá R\$ 141,2 bilhões dessa conta em 2019, e use outras fontes de receita, esse buraco ainda ficará descoberto em R\$ 109 bilhões, pelas estimativas do Tesouro.

Demora

Especialistas avisam que, como o processo de privatização é demorado, essa medida não será a salvação para o equilíbrio das contas públicas no curto prazo.

E, para piorar, há uma série de estatais que estão deficitárias e precisam de aportes para ficar mais atraentes aos investidores. Conforme os dados do Ministério do Planejamento, existem 21 estatais, incluindo cinco dependentes, que acumulam patrimônio líquido negativo de R\$ 35,2 bilhões. Ainda que todas sejam vendidas, a receita não será suficiente para cobrir as dívidas (leia quadro ao lado).

Pelas contas do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores, as privatizações das estatais geraria receita inferior à prevista por Guedes, não passando de R\$ 200 bilhões. Ele acrescenta que o ajuste fiscal continuará sendo o principal desafio do próximo governo para o equilíbrio das contas públicas. Nas estimativas do economista Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre-FGV), será necessário corte de R\$ 300 bilhões em gastos e, assim, evitar a volta da inflação. Só que, para isso, será necessária uma decisão política tanto do presidente quanto do Congresso.

“O governo nunca conseguiria chegar a R\$ 1 trilhão com privatizações. Nem mesmo os R\$ 800 bilhões serão atingidos. Um número mais realista para as privatizações é algo entre R\$ 170 bilhões e R\$ 200 bilhões, não devendo superar esse patamar”, alerta Borges. Ele destaca que o diagnóstico já está mapeado pelos técnicos da equipe econômica. “E é óbvio que há opções que dependem da combinação de corte de despesa e aumento de receitas, incluindo as verbas não recorrentes, como privatizações. Mas o Congresso tem dado sinais de que não está convicto em aprovar reformas econômicas impopulares, como a da Previdência. O novo governo tem evitado encarar o ônus de avaliação da população. Não há convicção da necessidade de fazer reformas mais aceleradas, além de gerar problemas de governabilidade”, avalia.

De acordo com Borges, vender ativos requer planejamento e o momento correto para se conseguir um ágio considerável, e isso não acontece imediatamente. “É preciso viabilizar algumas empresas, que são deficitárias. Portanto, a receita com a privatização será diluída ao longo do mandato”, explica o economista, lembrando que a venda de ativos dependerá também das condições de mercado. O processo pode levar até dois anos. “Um IPO (processo de abertura de capital de uma empresa) é demorado e depende das condições do mercado. Quando uma companhia está preparada pode não ser o momento ideal para o lançamento de ações.”

Estratégia

A economista Elena Landau, que comandou o processo de privatizações durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), reforça a necessidade de uma estratégia bem definida pelo novo governo para a venda de estatais. “Minha expectativa é que o modelo seja voltado para reorganizar setores da economia, buscando gerar eficiência e aumento da produtividade. Sozinha, a privatização não vai resolver a questão fiscal”, alerta. Ela também não acredita que a nova equipe econômica conseguirá atingir o volume de receita que vem sendo cogitado por Guedes, principalmente, porque Bolsonaro já deu declarações de ser contrário à venda de Petrobras e da Eletrobras, empresas que atrairiam mais investidores, assim como a Caixa e o Banco do Brasil.

“Privatização está na prioridade do ministro da Economia. Mas, não se sabe ainda qual modelo ele adotará”, afirma. Para que a maioria das empresas seja vendida, Elena lembra que é necessária a aprovação de leis pelo Congresso. “Não sei se o governo vai querer gastar cacife político logo no início do mandato com as privatizações, uma pauta tão controversa para os congressistas, em vez de focar na Previdência, que é prioritária”, avalia ela, acrescentando que, em quatro anos, o máximo que o novo governo conseguirá arrecadar com a venda de ativos e de empresas será algo em torno de R\$ 150 bilhões, mesmo incluindo Eletrobras. “E, se conseguir esse montante, a maior parte do dinheiro vai para o caixa das empresas e não vai para abater a dívida da União”, explica.

"O modelo deve ser voltado para reorganizar setores da economia. Sozinha, a privatização não vai resolver a questão fiscal"

Elena Landau, economista

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/12/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Para Salles, licença para hidrelétrica tem que sair em até um ano

Último indicado para compor a equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro, o futuro ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, assumirá o cargo com a

missão já alardeada por vários de seus antecessores de reduzir sensivelmente os prazos para liberação de licenças ambientais.

"Se for uma coisa de baixa complexidade, tem que demorar um mês, dois meses. Agora você não pode ter um licenciamento que demore mais de um ano, não tem cabimento", disse, em entrevista exclusiva ao Valor, num hotel em Brasília onde se hospeda há meses, desde que passou a integrar a equipe de transição do futuro governo.

Para dar mais celeridade ao processo de licenciamento, Salles promete informatizar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), numa estratégia de investir menos em pessoas e mais em tecnologia, como parte do "choque de gestão ambiental" que quer implantar na pasta. As licenças mais ágeis também passarão por uma novidade que vai constar da medida provisória da nova estrutura do governo Bolsonaro, que consiste em implantar assessorias ambientais (as embaixadas verdes) em diversos ministérios, como Minas e Energia, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Agricultura.

Salles garantiu que não vai interferir na votação do polêmico projeto que revisa e flexibiliza o processo de licenciamento no país, grande bandeira de setores empresariais como o próprio agronegócio.

Quando o assunto é a "indústria das multas", termo repetido à exaustão por Bolsonaro desde a campanha, Salles diz que não quer enfraquecer o papel dos fiscais do Ibama. E terá como uma das prioridades fazer com que o órgão julgue as multas e infrações com mais agilidade, criando "Câmaras de Conciliação Ambiental" nos Estados como mais uma instância administrativa para que pessoas e empresas multadas pelo Ibama possam se defender.

Salles também deu sua versão para uma condenação, pela Justiça de São Paulo, por improbidade administrativa na suposta alteração de um mapa ambiental do Rio Tietê, quando era secretário estadual de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin (PSDB).

Na semana passada, o futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, reforçou, sem falar do caso de Salles, que no futuro governo "não haverá espaço para quem não for ficha limpa".

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: O Ministério do Meio Ambiente sofrerá muitas mudanças em sua estrutura no governo Bolsonaro?

Ricardo Salles: O ministério, menos. A mudança mais significativa é a transferência da Agência Nacional das Águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional. Em segundo lugar vamos manter separados o ICMBio e o Ibama, não vamos fundir, pelo menos por enquanto. Havia uma ideia de unir os dois órgãos, mas entendemos que, nesse momento, antes de tomar pé de fato de como estão as estruturas dessas duas instituições, temos de mantê-las separadas, até para conhecê-las. Se unifica de cara, fica mais difícil identificar. Inicialmente, ICMBio e Ibama estavam juntos mas foram separados pela Marina Silva.

Valor: E quais serão suas primeiras medidas à frente do ministério?

Salles: Vamos começar o ano trabalhando em cima de três temas. Em primeiro lugar, vamos investir em uma agenda de defesa do meio ambiente em área urbana, que está muito escanteada e enfraquecida no Brasil. A questão da despoluição dos rios, melhoria da qualidade do ar e despoluição do solo. Em São Paulo, baixamos de 112 lixões para 9, por exemplo. Temos que resolver o problema do lixo no Brasil. Uma parte se faz com educação ambiental e mudança de cultura - tem que haver segregação do lixo nas residências. A reciclagem tem que ser para valer, assim como o aproveitamento energético do lixo. No mundo inteiro há produção de energia a partir do lixo, só aqui que não. Não deixam fazer pelo lobby dos aterros sanitários. E já existe um Programa Nacional de Resíduos Sólidos, que está patinando mas vamos fazer cumprir, principalmente na parte de logística reversa, que é fazer com que as cadeias produtivas também participem.

Valor: Essas questões já não constavam dos planos em execução?

Salles: Esse é um problema sério no meio ambiente, impor metas ou técnicas que não são factíveis economicamente, e aí a pessoa não faz. É melhor exigir algo razoável e ter a certeza que isso vai ser cumprido. Vamos estudar um mecanismo adequado para não criar uma situação muito teórica e que seja possível cumprir e implementar. O que não pode é desenhar um cenário perfeito, mas impossível de ser cumprido na prática, que foi o que aconteceu com o "Resíduo Sólido". Dentro dessa agenda, também tem a despoluição dos rios. Para isso tem que ter saneamento. O saneamento em si é mais área do

Ministério do Desenvolvimento Regional, mas a fiscalização será nossa, ou seja, aqui teremos uma dobradinha entre os dois ministérios.

Valor: Isso depende de alterar leis?

Salles: Não, é uma cooperação com os órgãos dos Estados e, em alguns casos, os municípios também. Apoiando os Estados para que eles promovam as medidas de fiscalização e eventual correção, com ajuda do governo federal, inclusive financeira se for necessário. Não são temas que têm um impacto grande financeiro, mas têm um bom impacto do ponto de vista da qualidade do meio ambiente. Pensando em qualidade do ar tem o RenovaBio, programas de etanol, substituição da matriz energética dos combustíveis fósseis por renováveis, bioetanol.

"Há total apoio ao RenovaBio. Mas é preciso ter certeza que o compromissos assumidos possam ser cumpridos"

Valor: As usinas tinham um receio, nas eleições, de que o RenovaBio fosse desmantelado. O senhor quer manter o programa?

Salles: No que me diz respeito, há total apoio ao RenovaBio. A gente vai fazer valer o RenovaBio. Claro que tudo que foi aprovado até agora neste governo precisa ser validado novamente. Você precisa ter certeza que o que se assumiu em termos de compromissos pode ser cumprido. Mas o RenovaBio é uma iniciativa importante que temos de defender.

Valor: O senhor pretende apertar a fiscalização ambiental em alguma área? Haverá alguma mudança nos valores das multas?

Salles: Temos que aumentar a fiscalização na área urbana sobretudo. Mas o último ponto é o valor da multa. Temos que orientar, oferecer alternativas e soluções, não adianta só coibir, precisa oferecer qual alternativa técnica, inclusive viável economicamente, para os Estados e municípios suportarem essas alternativas. E obviamente nosso papel é trazer para eles um apoio técnico, financeiro e logístico para implementarem. Muitas vezes querem fazer, mas não sabem como.

Valor: E quais as outras duas medidas no início do governo?

Salles: A segunda medida que a gente quer fazer é um choque de gestão ambiental. É informatizar o ministério, todos os processos administrativos no Ibama, no ICMBio, e com isso dar transparência e celeridade aos processos, seja

de fiscalização, seja de licenciamento ambiental. Todas as ações do ministério passam a ser públicas e online. Já conversei com o ministro Paulo Guedes, ele concordou e temos o sinal verde dele para fazer. E esses dados serão todos abertos, totalmente transparentes. Você vai poder consultar tudo pela internet, vai entrar e ter tudo lá: fulano de tal foi autuado pelo fiscal tal, por causa do fundamento tal.

Valor: Mas dados de multas não são sigilosos?

Salles: O que for sigiloso por força de lei só poderá ser acessado por quem estiver cadastrado. Mas aquilo que não for sigiloso, - acho que a maioria das informações não é sigilosa - vai estar na internet. Com isso a gente desburocratiza, agiliza todo o trâmite dos processos no sistema, sem uso de papel. Vamos fazer também as câmaras de conciliação para os autos de infração, para que o autuado possa apresentar seus argumentos antes de chegar à Justiça. Isso ajuda, porque se a pessoa disser "fui autuada, nem sei por quê, ninguém me ouviu", no dia que ele for autuado vai saber em dia está marcada a audiência de conciliação dele.

Valor: E como acabar com a "indústria das multas", como vem defendendo o presidente eleito Jair Bolsonaro desde a campanha?

Salles: Essas duas medidas que eu falei vão ajudar muito a tirar um certo excesso que pode haver nesse sistema. Na hora em que você coloca tudo online, aquele erro e eventual exagero são imediatamente identificados e corrigidos. Hoje o que acontece na prática? O sujeito é autuado no Amazonas, aí ele apresenta a defesa lá e até chegar a Brasília demora. Entra na fila e quando chegar na vez dele, será avisado, daqui a três, quatro anos. Não tem lógica. Isso vai dar uma bela melhorada na tramitação dos processos, não é nada para acelerar.

Valor: Mas haverá pessoal no Ibama suficiente para tudo isso?

Salles: Se você digitalizar, a produtividade do funcionário aumenta muito e facilita a vida do pessoal. Mas a saída não é mais pessoas e sim tecnologia, gestão, informatização. Em São Paulo fizemos isso e deu supercerto. Hoje, em nível federal, a pessoa já recorre na esfera administrativa, mas como o órgão julgador do recurso administrativo está muito longe do fato, ele não tem a menor noção. A Câmara de Conciliação vai ser no próprio Estado. Em cada superintendência estadual vai ter um representante para fazer a conciliação e isso vai dar muita qualidade.

Valor: E a terceira medida?

Salles: O terceiro ponto diz respeito ao uso dos recursos provenientes das multas, aquela discussão dos descontos. Criou-se aquele decreto dos descontos de multas e destinação para as ONGs e o que queremos fazer? Vamos aumentar o espectro de empresas e entidades habilitadas a usar o recurso. Hoje só ONGs podem usar. Não vamos eliminar a participação das ONGs, mas vamos trazer para dentro do decreto a possibilidade de que empresas privadas e a própria pessoa que recebeu o auto de infração possam usar e comprovar o recurso para a recuperação ambiental.

Valor: Qual seria o critério para isso?

Salles: O critério vai ser definido pelo ministério, que vai determinar prazo, custo. Hoje uma pessoa recebe R\$ 100 mil de multa e, se fizer, ele próprio, a recuperação ambiental terá 35% de desconto. Se ele mandar uma ONG fazer, ele tem 60% de desconto, mas prestigiar a ONG em detrimento do sujeito está errado. Porque não pode ter 60% se ele mesmo fizer? Vamos suspender esse programa de conversão de multas por 90 dias e ampliá-lo, nivelando os descontos para todos, no mesmo percentual. Quem vai vencer a licitação é aquele que oferecer o menor preço. Aí sim, você tem uma concorrência maior. Porque hoje o mercado é cativo da ONG, a licitação é dirigida. Mas vai encher de empresas nessa licitação querendo fazer. Precisamos só ajustar o decreto e já conversei com o presidente.

"Vamos suspender esse programa de conversão de multas por 90 dias e ampliá-lo, nivelando os descontos"

Valor: Vai acabar a insegurança jurídica nessa área?

Salles: Se a multa tiver critério objetivo, não vai haver dúvida. Hoje há um nível de subjetividade, uma questão opinativa de quem está autuando muito grande e isso traz uma insegurança jurídica que é inaceitável. O Brasil precisa ser um país com segurança jurídica. Você precisa ter multas bem fundamentadas tecnicamente. Segundo: garantir para quem recebeu o auto de infração o direito à ampla defesa e ao contraditório, e tem que ter celeridade. Tudo que demora muito acaba virando injustiça. O sujeito é autuado em 2008 e vai ter o recurso apreciado em 2018.

Valor: E o MMA fixaria um prazo para a apreciação de recursos de multas ambientais?

Salles: Seria o ideal, mas ainda é prematuro. Vamos ter uma ideia de prazo quando tiver esse sistema novo informatizado, funcionando. O ideal seria demorar poucos meses. Hoje demora anos. Você vai ver às vezes que um auto de infração é inconsistente lá no Judiciário, o que poderia ser anulado lá atrás. A boa fiscalização é responsável.

Valor: Sobre licenciamento ambiental, tem um projeto de lei tramitando que pretende agilizar o processo. O senhor vai apoiar esse PL ou propor mudanças?

Salles: A prerrogativa de decidir sobre a Lei do Licenciamento é do Congresso, então o apoio é para que o Congresso tenha suporte técnico, pareceres, subsídios de informações. Estamos à disposição e vamos prestar todo o auxílio.

Valor: O senhor concorda com os termos do projeto?

Salles: Já vi o projeto, mas acho que é prematuro dizer alguma coisa porque está tramitando. Acho que tem pontos bons e alguns que precisam ser detalhados. Mas não vamos nos meter num processo legislativo. Quanto menos retrabalho houver no sistema de licenciamento, mais ágeis todos os processos serão, mas isso não é um cheque em branco para fazer qualquer coisa. Da nossa parte temos que montar uma estrutura de procedimentos técnicos que dê celeridade e transparência ao processo de licenciamento, sem descuidar da preservação ambiental. Você ter um modelo de funcionamento do ministério que não gaste tanto tempo para dar uma decisão. Isso se dá com informatização, menos etapas, não tirar critérios ambientais. É simplesmente fazer mais simples.

Valor: Qual o prazo ideal de liberação de uma licença?

Salles: Se for uma coisa de baixa complexidade, tem que demorar um mês, dois meses. Coisas de maior complexidade, seis, oito meses no máximo. Agora você não pode ter um licenciamento que demore mais de um ano, não tem cabimento isso.

Valor: Qual um bom prazo para licenciar uma hidrelétrica?

Salles: Um ano é um bom período para uma hidrelétrica, por exemplo. Em casos excepcionais pode até demorar mais. Mas hoje a demora virou regra. A regra tem que ser a celeridade. Para isso, tem duas hipóteses: contratar mais ou dar mais treinamento e criar grupos mais especializados. Uma outra medida que vai facilitar o licenciamento ambiental no sentido de dar maior agilidade, não de dar menos garantias, é que criaremos no ministério uma secretaria

interministerial, que será uma espécie de embaixada do meio ambiente em cada ministério. Eles [ministérios] vão ter corpo próprio pequeno e nós, [MMA] uma equipe circulando, dando suporte para ajudar a preparar projetos ambientais e criando, desde o início, soluções para o problema de tal forma que quando for para o Ibama isso vá o mais aparado possível. Isso já está na medida provisória da nova estrutura do governo e vai se dar nos ministérios de Minas e Energia, Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Agricultura. Isso dará um ganho de celeridade muito grande.

Valor: O agronegócio vai ter mais voz no novo Ministério do Meio Ambiente?

Salles: Todos os setores vão ter voz, até porque temos o Conama, em que vários segmentos têm assento. O agronegócio como todos os setores produtivos, o imobiliário, de infraestrutura, logística e inclusive as entidades de preservação ambiental e as ONGs serão respeitadas e tratadas em pé de igualdade.

Valor: O presidente Bolsonaro fez algum pedido especial?

Salles: Nossa conversa foi bem curta e quando ele ligou para me convidar para o ministério eu estava dirigindo na estrada. Ele me fez o convite e a frase dele foi: cuide do meio ambiente e respeite quem produz no Brasil.

Valor: Como o senhor vê a condenação que sofreu pela Justiça por improbidade administrativa?

Salles: As alterações no Plano de Manejo Mapa Tietê foram necessárias em virtude de diversos erros importantes. Erros materiais, inclusive decorrentes de fotografias de 2007, usadas sete anos depois, em 2014, e que portanto dali decorreram erros de diagnóstico muito grandes. Além disso, a sentença, ao final, reconheceu que não houve dano ambiental, que não houve nenhuma vantagem pessoal auferida por mim, e que diversas dessas mudanças eram necessárias. A decisão ainda reconheceu que não há nada de grave no processo. Portanto, a condenação se deu no mínimo legal e exclusivamente porque o magistrado entendeu que não caberia ao secretário de meio ambiente [estadual de São Paulo] fazer a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Ou seja, que deveria ter ficado restrito ao tema de cuidar do meio ambiente sem se preocupar com essa conciliação com os diversos setores econômicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/12/2018****Seção: Empresas****Autor: Ivan Ryngelblum****Título: Eletrobras projeta investir R\$ 30,2 bilhões e concluir Angra 3**

SÃO PAULO - A Eletrobras anunciou na sexta-feira à noite (21) que pretende investir R\$ 30,2 bilhões no período de 2019 a 2023, com R\$ 12 bilhões sendo destinados ao projeto da usina nuclear de Angra 3.

A ideia é viabilizar a conclusão do empreendimento por meio de um edital, selecionando um “investidor global com capacidade técnica, financeira e de gestão”.

Os dados constam no chamado Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG). Segundo a Eletrobras, a proposta continua o trabalho de reestruturação de suas empresas, de modo a aumentar a eficiência operacional, reduzir o estoque da dívida e melhorar a governança e integridade.

O plano prevê um aporte de R\$ 17 bilhões em geração no período, enquanto R\$ 9,5 bilhões serão usados em projetos de transmissão e R\$ 1,7 bilhão em infraestrutura e outros itens. A companhia pretende investir quase R\$ 2 bilhões em sociedades de propósito específico (SPEs).

Entre as iniciativas a serem tomadas estão consolidar a atuação no âmbito jurídico-regulatório de modo a aumentar a receita. A companhia pretende intensificar os esforços para o recebimento da indenização de geração das concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013, que definiu critérios e condições para a prorrogação das concessões de geração hidrelétrica.

Ela também pretende reavaliar o custo médio ponderado de capital de geração e transmissão, promover a revisão tarifária de transmissão e trabalhar pelo recebimento da parcela controversa Rede Básica do Sistema de Transmissão Existente (RBSE), que está sendo discutida judicialmente e buscar o ressarcimento dos valores ainda não reconhecidos a título de neutralidade econômico-financeira, pela gestão das distribuidoras, durante o processo de privatização.

O PDNG prevê ainda “estudar alternativas e ações” para viabilizar a descotização das usinas controladas pelas empresas da Eletrobras, cujas concessões foram prorrogadas em 2013.

A Eletrobras informou ainda que quer concluir, até o final de 2019, o programa de desinvestimentos em ativos e participações consideradas não estratégicas. Ela pretende incorporar SPEs em que possuir participações majoritárias e encerrar aqueles que não apresentarem viabilidade econômica financeira.

O PDNG prevê também a realização de um Plano de Demissão Consensual (PDC), visando a saída de 2.187 empregados. A empresa estima que a iniciativa deve gerar uma economia de R\$ 574 milhões ao ano, a um custo de cerca de R\$ 731 milhões. A Eletrobras pretende ainda reduzir custos com horas extras, periculosidade e sobreaviso, além de negociar um novo acordo coletivo trabalhista, alinhado com a nova lei trabalhista.

Ela pretende ainda realizar a reestruturação controladas Eletrosul e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), além de consolidar o Centro de Serviço Compartilhado (CSC).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/12/2018

Seção: Legislação

Autor: Adriana Aguiar

Título: Iluminação pública opõe municípios e distribuidoras

Distribuidoras de energia elétrica e municípios travam batalha jurídica para saber de quem é a responsabilidade pela manutenção da iluminação pública. Pelo menos 400 ações discutem na Justiça uma norma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 2010, que transfere o serviço às prefeituras.

Nos processos, os municípios alegam que a Aneel não teria competência para essa determinação, que seria inconstitucional. Já as distribuidoras entendem que a resolução nada mais fez do que reforçar o que diz a própria Constituição.

Para custear a prestação de serviços nessa área, muitos municípios editaram leis para cobrar a Contribuição para Iluminação Pública, incluída na conta de luz. Ao receber o pagamento, as empresas repassam os valores aos municípios.

As ações tramitam em cinco Tribunais Regionais Federais e quatro Tribunais de Justiça. Só no TJ de São Paulo há 70 processos. Para tentar resolver a questão, a Abradee, associação das empresas do setor, ajuizou uma ação declaratória de constitucionalidade no STF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/12/2018

Seção: Opinião

Autor: Jeffrey D. Sachs

Título: É hora de chamar os engenheiros!

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CoP-24) realizada neste mês em Katowice, na Polônia, conseguiu elaborar um guia de regras para implementar o Acordo de Paris de 2015 sobre o clima. Todos os países da ONU o assinaram, mas isso não vai ser suficiente para evitar uma catástrofe climática. É hora de pedir ajuda aos engenheiros.

O sucesso diplomático da CoP-24 foi notável, em vista das incansáveis pressões e procrastinações das empresas de combustíveis fósseis. Os diplomatas entenderam a base científica e sabem da realidade: sem uma rápida transição a um sistema de energia mundial de zero emissões de carbono até meados deste século, a humanidade vai correr sério perigo. Nos últimos anos, milhões de pessoas sofreram as agruras de ondas de calor extremo, secas, inundações, furacões potentíssimos e incêndios florestais devastadores, em razão de a temperatura da Terra já estar 1,1° C acima da média pré-industrial. Se, ainda neste século, o aumento da temperatura média chegar a 1,5° C ou 2° C - temperaturas nunca vistas em todos os 10 mil anos de história da civilização humana - o mundo vai ficar tremendamente mais perigoso.

Pelo Acordo de Paris, os governos nacionais comprometeram-se a manter a temperatura média "bem menos que 2 °C acima dos níveis pré-industriais e esforçar-se para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis

pré-industriais". Agora, temos um guia de regras para mensurar as emissões de gases causadores do efeito estufa, compartilhar conhecimentos e medir as transferências financeiras dos países ricos para os pobres. Carecemos, entretanto, de planos para direcionar o sistema de energia mundial rumo a um futuro dominado pelas fontes de energia renováveis ainda em meados deste século.

Os diplomatas, naturalmente, não são especialistas técnicos. A próxima fase precisa de engenheiros de todo o mundo especialistas em geração e transmissão de energia, em veículos elétricos, células de combustível de hidrogênio, inteligência artificial para gerenciar sistemas de energia, projetos urbanos de eficiência energética e em transporte público, além dos demais técnicos relacionados. Foram os diplomatas, não os engenheiros, os que estiveram na dianteira dos encontros de cúpula da ONU nos últimos 24 anos. Chegou a hora de os engenheiros ocuparem o centro do palco.

O Acordo de Paris presume que cada governo faça consultas com os engenheiros de seu próprio país para elaborar estratégias de energia nacional, de forma que basicamente cada um dos 193 países da ONU vai criar um plano separado. Tal abordagem é reflexo de um profundo desconhecimento de como a transição energética mundial precisa funcionar. Precisamos de soluções que sejam negociadas e coordenadas em escala internacional, não país a país.

O Acordo de Paris presume que cada governo elabore estratégias de energia nacional. Precisamos de soluções que sejam coordenadas em escala internacional, não país a país. Sistemas de engenharia globais precisam de coordenação global

Sistemas de engenharia globais precisam de coordenação global. A aviação civil, por exemplo, é um triunfo da engenharia coordenada internacionalmente. O sistema de aviação civil funciona tão bem porque todos os países usam aeronaves produzidas por poucas empresas internacionais e compartilham procedimentos operacionais padronizados de navegação, de controle de tráfego aéreo, de segurança em aeroportos e aviões, de manutenção e de seguro, entre outros. Outros sistemas globais são coordenados de forma similar. A média diária de transferências bancárias de dinheiro em dólar chega a estarrecedores US\$ 2,7 trilhões e, ainda assim, elas são compensadas rotineiramente por meio do uso de protocolos de comunicações e de operações bancárias padronizadas. Bilhões de chamadas de telefones celulares e de atividades na internet todo dia são possíveis graças a protocolos compartilhados. Tanto o tamanho quanto a

confiabilidade desses sistemas de alta tecnologia conectados internacionalmente são assombrosos e dependem de soluções adotadas em todo o mundo, não país a país.

Recentemente, fiz parte de uma comissão formada por três economistas e um experiente engenheiro do setor privado. Depois de os economistas terem falado, o engenheiro falou de forma sucinta e efetiva. "Não entendo realmente do que vocês economistas acabaram de falar, mas tenho uma sugestão", disse. "Digam a nós, engenheiros, as especificações que desejam e o prazo, que nós fazemos." E não se trata de bravata.

Aqui estão as especificações. Para limitar o aumento do aquecimento médio a 1,5 °C, o sistema de energia mundial precisa estancar as emissões de carbono até meados do século. Isso vai exigir a mobilização das fontes de energia de carbono zero, como a eólica, a solar e a hidrelétrica, o que implica ter um sistema de energia capaz de lidar com fontes intermitentes, dependentes do brilho do sol, da força dos ventos e do fluxo dos rios.

As energias renováveis mais abundantes e de menor custo frequentemente são encontradas longe dos centros populacionais. Essa energia, portanto, vai precisar ser transmitida por longas distâncias, muitas vezes cruzando fronteiras nacionais, com o uso de linhas de transmissão especiais de alta voltagem. As vantagens de um sistema de transmissão de longa distância conectado internacionalmente vêm sendo ressaltadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Interconexão Mundial da Energia (Geidco, na sigla em inglês), uma aliança internacional de instituições e empresas de engenharia criada pela State Grid Corporation, da China, em 2016.

Em qualquer plano sensato mundial de emissões zero de carbono, vários dos atuais países e empresas exportadoras de combustíveis fósseis se tornariam os exportadores de energias renováveis do amanhã. Os produtores de petróleo do Golfo Pérsico deveriam exportar energia solar do vasto Deserto da Arábia, tanto para a Europa quanto para Ásia. A Austrália, exportadora de carvão, deveria exportar energia solar do enorme sertão australiano para o Sudeste Asiático via cabos submarinos. O Canadá deveria aumentar suas exportações de energia hidrelétrica de carbono zero para o mercado dos EUA e pôr fim a seus esforços para exportar produtos derivados de suas areias betuminosas de alto teor de carbono.

Na conferência de Katowice sobre o clima, os diplomatas apresentaram o guia de regras climáticas no prazo, como prometido. A próxima grande empreitada cabe aos engenheiros. Quando os chefes de Estado voltem a se reunir na ONU em setembro, os principais engenheiros do mundo deveriam recebê-los com um arcabouço tecnológico avançado traçando as ações e medidas a ser tomadas mundialmente. (Tradução de Sabino Ahumada)

Jeffrey D. Sachs é professor de Desenvolvimento Sustentável e de Gestão de Saúde e diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia. É também diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Copyright: Project Syndicate, 2018.

MME / ASCOM .